

## PROFESSORAS DA/NA EDUCAÇÃO INFANTIL: NARRAR A SI MESMAS COMO POLÍTICA DE (RE)EXISTÊNCIA

### **Camila Santos Pereira**

*Mestranda do Curso de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, fycamila@gmail.com;*

### **Anamaria Ladeira Pereira**

*Mestranda do Curso de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ, anamariatudojunto@gmail.com;*

### **Fernando Pocahy**

*Doutor do Curso de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS, fernando.pocahy@gmail.com.*

### **Resumo**

Os impasses e desafios do cotidiano escolar, bem como as interpelações de uma prática-política que nos torna sujeitos (de alguma dis/posição), são analisados a partir das contribuições dos escritos de intelectuais do campo feminista interseccional-queer -decolonial e dos estudos pós-críticos em educação. Professoras de sexualidades/identidades de gênero dissidentes, em turmas de educação infantil, des(a)fiam práticas de governo permeadas em seus trabalhos. No processo de narrar a si mesmas, situam o seu lugar de fala, confrontam/desarticulam fronteiras, aparentemente intransponíveis, com o propósito de acompanhar movimentos que atravessem tanto as vontades de dominação, quanto as práticas de liberdade. É essencial interrogarmos quais são os ideais regulatórios que nos atravessam enquanto profissionais da educação, em tempos cuja governamentalidade cotidiana é balizada por intensas interpelações morais fundamentalistas, racializadoras e cis(hetero)normativas. Concluímos que visibilizar as próprias vivências, como professoras de crianças, diariamente acoçadas por essas ondas

totalitaristas, significa não silenciar diante das violências. Este relato é um dispositivo que nos possibilita reivindicar e (re) existir.

**Palavras-chave:** Educação infantil, Escola, Gênero, Pedagogia da sexualidade, Docentes.

## Quem fala, como fala?

**A**s professoras que tecem, aqui, suas experiências, com referências acadêmico-científicas e militantes de diferentes tempos e lugares, se depararam com fronteiras profundamente distintas entre os caminhos que as levaram a este texto. Esta conversa é composta ainda das trocas e partilhas com o orientador dessas duas professoras-mestrandas. Os destaques de nossas experiências de pesquisa e atuação docente, sistematizados em diários e textos reflexivos, juntamente, com os encontros do grupo de pesquisa geni - estudos de gênero e sexualidade, constituem a materialidade de onde enunciaremos as propostas argumentativas.

A mais jovem delas, depois de anos de vida, deixou de passar horas sentada em uma cadeira de cabeleireira alisando seus cabelos crespos e sentindo as dores durante e depois das queimaduras, mesmo que leves e exteriores. Veio por meio do acesso ao Ensino Superior o entendimento das dores internas e invisíveis que não apenas esse processo ocasionou, mas tantos outros, em consequência do racismo. A compreensão teórica e científica dos diversos marcadores sociais que atravessam os corpos e os tornam subalternos foi possível com a participação em projetos de extensão. Como bolsista, aprendeu a destripar temas que sempre lhe atingiram, no entanto, antes, o armário construído longe da capital, com madeiras frágeis e semiaberto, não comportava um envolvimento intenso nas lutas antirracistas, feministas e da comunidade LGBTI+. Agora, essa participação pode permear até a última onda dos fios encaracolados do seu cabelo, livre para ser como quiser.

A mais velha das professoras de criança, aqui presentes, numa caminhada feita de curvas em zigue-zague, bem pouco certa, reta e esperada, atuou como professora em localidades pouco ou nada privilegiadas pelo poder público, especialmente as de povoados isolados. Uma experiência profissional que se desenvolveu em escolas de favelas, vales e vilas, de praias de mar e de rio ou à beira de infinitas cachoeiras, com povos caiçaras, indígenas, ribeirinhos. Nessas andanças, ouviu, inúmeras vezes, perguntas como: onde está seu marido? Como assim ainda não tem filhos? E os seus pais? Ser uma mulher capaz de mudar-se para outros estados sem companhia e trabalhar como professora, nos distritos mais isolados destes, nunca deixou

de causar uma estranheza profunda. O mesmo não acontecia com professores forasteiros homens. Uma mulher que se torna professora de crianças e decide morar longe da família e, além disso, não se casa; nos confins de nosso país, ainda é vista como raridade. Na verdade, nem é preciso ir tão longe. Nas capitais, tampouco é aceito sem críticas que uma professora de educação infantil possa desfrutar de verdadeira liberdade para ser quem se é. De modo que o armário mofado, igualmente, para esta parte da dupla, se fez morada por um longo, interminável, tempo. Mas não mais.

O orientador entra nesta conversa como um sujeito igualmente marcado pela interpelação abjetada da sexualidade e do gênero. Alguém que se constitui em um inacabado processo em direção de outramento, tanto em sua trajetória de ativista como docente-pesquisador no campo da educação. O horizonte ético-estético-político e epistemológico que arrisca perseguir e de alguma maneira afirmar pode ser expresso na constatação de que aos modos de pesquisar(-intervir), correspondem modos de subjetivar. Portanto, ao assumir gênero e sexualidade como mote para a formação – a partir de seu engajamento político-existencial, esse sujeito orientador-docente-pesquisador se anima e se fortalece ao compor frentes e planos de problematização. Interessa-se pelo clamor da diferença (POCAHY, 2018), ali onde a vida pede passagem, onde interroga sobre a desigualdade, onde afirma a potência da democracia como uma epistemologia do mundo, ali onde encontros como esse – orientandas e orientador – encharcam-se de vida. Resulta desta aposta um trabalho de produção docente-pesquisadora mais ativa e singular, demonstrando que as urgências do nosso tempo exigem um certo tipo de coragem, a coragem de dizer a verdade sobre o que estamos fazendo de nós-mesmos/as e aquilo que estamos tentando fazer dos/as outros/as. Portanto, desde esta perspectiva de formação de pesquisadoras/es-docentes, mais do que responder e planificar como nos tornamos pesquisadoras/es-docentes, vem sendo mais útil pensar sobre a performatividade científico-acadêmica que vem forjando um certo ideal de humano (im) possível e (in)viável nas malhas da racionalidade econômico-política que se espraia pelo mundo global. Antes de tentarmos conduzir os/as outros/as, perguntemo-nos sobre como nos conduzimos a nós mesmos/as neste jogo do (in)humano contemporâneo. Uma forma de instalar estas perguntas pode ser sobre quais pedagogias culturais vêm sendo acionadas na ficção/fabricação de um ideal de sujeito. Isso

permite localizar certo rastro de uma subjetividade que se produziu e vem constantemente se modificando, ali onde certo resíduo ou substância que resta de uma prática-política de subjetivação é justamente o ponto de apoio para perguntarmos o que fizemos/estamos fazendo de nós-mesmos/as diante das formas contemporâneas de governo.

Este trabalho, para ambas as autoras e autor, traduz-se em uma possível maneira de desafiar o tacanho imaginário brasileiro, no qual persiste a entranhada figura da doce e encantadora jovem ou senhora (branca), cuja nobre profissão (a educação das novas gerações) faz com que seja mais cobrada, como exemplo e influência para crianças pequeninas. Sendo assim, os limites impostos pelo sistema racista patriarcal tendem a cercear com mais veemência a sua liberdade, posto que não se espera (e por vezes não se aprova com facilidade) que uma professora de crianças seja impetuosa, contundente e/ou tenha uma orientação sexual ou identidade de gênero que desvia da cisheterossexualidade.

## **Rosa para meninos e azul para meninas: as crianças que nos habitam**

A escola não é a única instituição em que as pedagogias da sexualidade e o governo das condutas das pessoas pode ser percebida. As mídias dispõem de um papel fundamental para essa continuidade e múltiplos outros artefatos culturais (como as políticas públicas, o currículo, a literatura, a arquitetura, os brinquedos e as brincadeiras etc) operam na produção de um ideal de humano (ou ao menos intentam produzi-lo, forjá-lo), assim como em sua contestação, seguramente. Numa escola de educação infantil, logo após o almoço, antes da soneca, o tempo é dedicado para o desenho favorito das crianças de três a quatro anos, “PJ Masks”, animação composta por três crianças brancas que, à noite, se transformam em super-heróis. Um dos meninos veste um uniforme azul, o outro usa um verde e o da menina é, evidentemente, rosa. Em uma das exposições corriqueiras, um aluno, muito animado, disse para sua colega que seria a Corujita, a única menina do trio de personagens. A aluna, ao receber essa informação, começa um embate, explicando que ele não poderia ser a Corujita de jeito nenhum, por ser um menino. Depois de algumas tentativas de ganhar a discussão, a aluna se dirige a mim e explica a situação, buscando que eu colabore com suas justificativas. Naquele momento,

percebi que esse evento poderia suscitar novos pensamentos, em lugar de apenas reforçar padrões introjetados. Em vez de concordar com sua argumentação, expliquei que seu colega poderia ser quem ele quisesse no desenho animado, ser um menino não seria um impedimento para ser a Corujita naquele dia. A menina, então, demonstrou sua decepção, tentando, mais uma vez, reverter minha defesa de que ele poderia, sem o menor problema, ser a personagem. A mesma discussão aconteceu por mais dois dias, na hora da exibição da animação, depois disso, ela percebeu que eu não apoiaria seus argumentos e não mais contestou seu amigo quando reivindicava a personagem para si. Vale ressaltar que a Corujita é a única protagonista feminina desse desenho, que conta com dois meninos em papéis principais, o que nos leva a sublinhar a reduzida representatividade de meninas/mulheres, em animações voltadas para crianças, cujo tema são super-heróis. Talvez, por isso, por só ter ela em quem se espelhar, a aluna não quisesse dividi-la com o colega; porém, pode ter sido porque simplesmente não admitia um cenário em que um menino se vestisse de rosa ou fosse representado por uma personagem feminina. Afinal, a sociedade e a mídia apresentam esforços expressivos em vista de delimitar a imaginação e os papéis de gênero infantis seguindo determinantes dicotômicos.

Podemos visualizar as separações binárias (re)produzidas pelos veículos midiáticos fabricados para crianças. As cores denunciam essas divisões e se juntam aos papéis sociais exigidos de meninas e meninos desde a infância. Não está apenas nos uniformes dos personagens, mas também nas mochilas, nos cadernos, nas roupas e brinquedos. Está na possibilidade de meninos usarem cadernos azuis, vermelhos, amarelos, pretos, verdes, laranjas, e os materiais destinados às meninas serem predominantemente rosa e suas variações de tom. Também está presente na repressão dos sentimentos pelos meninos estimuladas por incontáveis docentes e familiares. Esses são apenas alguns dos exemplos que demonstram como as lógicas da heterocisnormatividade limitam e fragmentam as possibilidades de sentir e estar no mundo<sup>1</sup>. Os meios de comunicação trabalham a todo

---

1 4 Entendemos como heterocisnormatividade uma leitura combinada de dois marcadores sociais de controle sobre o corpo. Um deles (re)produz a heterossexualidade como norma. O outro reforça a vigilância e opressão sobre as formas de expressar a identidade de gênero que destoem da cisgeneridade (esta, por sua vez, significa

vapor na (re)construção das representações sociais que se pretendem hegemônicas. Por meio deles, desde pouca idade, ainda crianças, já somos ensinadas como os relacionamentos devem ser, como homens e mulheres devem se vestir e comportar-se, caso contrário, serão alvos de piadas e agressões.

A in(ter)venção no diálogo apresentado foi uma maneira de não censurar a imaginação e a brincadeira condicionada em uma interpretação tutelar e binária como a proteção dos papéis de gênero que cada criança deve cumprir perante a sociedade. Infelizmente, essa é uma posição excepcional, pois quando as crianças “se dirigem para práticas consideradas inapropriadas para seu gênero, ele ou ela é levado/a a aprender uma lição significativa: a lição do silenciamento e da dissimulação” (LOURO, 1997, p.83).

Megg Rayara aborda o (des)pertencimento das bichas pretas nas escolas e as suas apropriações nos cargos docentes, afirmando que a “bicha preta que volta [à sala de aula, como professora] não é a mesma. Não traz consigo sentimentos de culpa, de medo e não está disposta a expressar uma existência nos moldes da cis heterossexualidade” (OLIVEIRA, 2017, p.155). Nós, professoras de sexualidades dissidentes, também não voltamos as mesmas. Por isso, estamos dispostas a traçar narrativas preocupadas com o bem-estar e desenvolvimento discente: não trabalhamos para estruturas desumanizantes e comprometidas com a exclusão.

## Professora, tu é homem ou mulher?

Ser professora de crianças impõe inscrições corporais muitas vezes não ditas, mas sentidas por aquelas compreendidas como destoantes da norma. A presença cotidiana de cobranças, em forma de perguntas supostamente inofensivas, expressa uma série de comportamentos esperados por mulheres que ocupam essa função. Práticas cobradas não apenas por colegas de trabalho, mas em sala de aula também é exigida uma determinada “postura de professora”. A formação docente é marcada nos corpos, mesmo com a diminuição dos cursos normais e regimentos mais flexíveis, as marcas ainda estão

---

conformar-se com o gênero designado no nascimento). Tal combinação cerceia e aniquila vidas em nome de práticas construídas como universais.

presentes (LOURO, 1997). No distante, mas tangível, século passado, as experiências de escolarização eram latentes nas separações binárias da época. As escolas para normalistas e os exércitos imprimiam, e ainda imprimem, nas demandas comportamentais as corporeidades aceitas e moldadas. Mesmo sem os rígidos manuais, a formação contemporânea ainda não superou o aparente tabu que é falar sobre corpo e conhecimento. A antiga tradição do ocultamento desses elementos é presenciada quando “professores ainda entram em sala de aula para ensinar como se apenas a mente estivesse presente e não o corpo” (hooks, 2000, p.115). Quando o corpo que habitamos é construído como inconforme, subalterno, o domínio sobre as suas possibilidades e limitações é imposto muito cedo. Aprendemos, através de intimidações, violências e censura, que há espaços que não nos são permitidos e se os ocuparmos haverá coerção. No entanto, contestamos essas imposições e desbravamos suas fronteiras. Esse compromisso não impede que tenhamos que reafirmar e refletir constantemente sobre os papéis que representamos e (des)construímos.

Em uma das manhãs frias do mês de outubro, logo no início do dia, a turma ainda sonolenta e à procura de brinquedos para distração, uma aluna de quatro anos me lança uma bolinha de pingue-pongue em forma de palavras: Professora, tu é homem ou mulher? A pergunta inesperada desestabilizou uma suposta resposta pronta. Seu questionamento me surpreendeu, primeiro por ser tão profundo e desprezioso, depois pelas suposições pessoais e profissionais que me causou. Como iria respondê-la? Como me identifico? Como as pessoas me identificam? Qual foi a motivação para essa pergunta?

Como os estudos de gênero fazem parte da minha trajetória acadêmica, não consegui negar as indagações que me provocaram essa singela interrogação inicial. Repensei a nossa convivência, dias inteiros entre cafés da manhã, brincadeiras de roda e desenhos animados; realmente, nunca tinha lido dito que era uma mulher. Então, abstraindo as correntes normativas da cisgeneridade, não teria motivos para achar essa dúvida incoerente. Se eu nunca disse minha identidade de gênero, seria inteligível perguntar para saber. Porém, em outros ambientes, é essencial pontuar que essa iniciativa pode ter motivações preconceituosas e objetificantes. E essas atitudes geralmente são direcionadas para quem não performa a heterocisnormatividade nas suas linhas e/ou entrelinhas. Por isso, como uma mulher que atualmente se identifica como cisgênero, ou seja, me identifico com o



gênero que foi designado no nascimento, compreendi que as minhas roupas, naquele dia, estavam falando o suficiente para instigar a curiosidade de uma aluna.

Minha resposta, por mais surpreendente que pareça a princípio, foi um sincero não sei. Ela estranhou, talvez pensasse, como é comum nessa idade, que as professoras dispõem de conhecimento ilimitado sobre todos os assuntos do mundo, e devem saber bem sabido, ainda mais, o que parece fácil de saber. Então, ela disse que eu era mulher, ao que eu contestei, repetindo que não sabia; a aluna reafirma seu pensamento, na vontade de ter certeza, e eu, novamente, refuto com a dúvida. Depois disso, ela se cansa e vai em busca de um brinquedo para se entreter. Entretanto, a indagação permaneceu e reverbera. Pensei na roupa como responsável por fazê-la questionar isso. Naquele dia, usava um casaco esporte de tamanho grande, calças jeans mais largas e cabelos amarrados. Essa vestimenta, realmente, não era típica de suas outras professoras. Minha forma de vestir já tinha sido motivo de preocupação, antes mesmo de começar a trabalhar na escola. Não queria mudar completamente a maneira como me visto, confortável e sem prejuízos para o exercício da minha profissão, por causa dos estereótipos de gênero. Com formação no curso normal, magistério, as vigilâncias sobre os corpos docentes não eram novidades, pois estas podem se originar tanto de colegas quanto de estudantes. O que procuramos evidenciar é que “chamar atenção para o corpo é trair o legado de repressão e de negação que nos tem sido passado por nossos antecessores na profissão docente, os quais têm sido, geralmente, brancos e homens” (hooks, 2000, p.115).

As condutas normatizadas já podem ser observadas mesmo em quem tem pouquíssima idade. Mesmo com a negação incipiente, as relações de gênero estão impregnadas nas instituições de ensino, desde o aspecto físico até os indivíduos atuantes em seu funcionamento, elas são produzidas no cotidiano da escola, que “articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente” (FOUCAULT, 1988, p.29).

Não mais validar os enredos e discursos dominantes que nelas circulam ganhou uma força estrondosa nos últimos anos. Docentes, intelectuais e ativistas sofrem assédios de diferentes fontes por grupos reacionários, conservadores e religiosos, ao tentar apresentar a imersão danosa produzida pelas determinações heterocisnormativas

hegemônicas nas vidas de milhares de pessoas. Não calar é um dispositivo que nos possibilita reivindicar e existir.

## Desfecho que abre mais do que fecha

O momento político que estamos atravessando, com o poder das decisões nas mãos de seres que apelam, diuturnamente, para o moralismo fundamentalista cristão e a conservação de comportamentos racistas, machistas e elitistas, inegavelmente, enseja medo. Para lutar contra esse sentimento paralisante, nos opomos ao reforço a todas as discriminações, sobretudo as destinadas a pessoas negras e LGBTI+, que o representante do poder Executivo, Jair Messias Bolsonaro, prova, com suas medidas provisórias e decretos, que quer ver eliminadas junto às populações economicamente desfavorecidas, como um todo, e os povos indígenas.

Trabalhos como este podem contribuir para a formulação de questionamentos sobre as formas de dominação e as supostas coerências e estabilidades das identidades. Buscamos provocar a abertura do pensamento, inquirindo como construímos a diferenciação entre masculino e feminino. Tal indagação se relaciona totalmente ao nosso ofício, como educadoras, em turmas de educação infantil, mesmo que distanciadas por milhares de quilômetros. Percebemos que, desde a mais tenra infância, as crias humanas são expostas à marcação/fixação das diferenças bastante arbitrárias e profundamente reducionistas. Como se desde o nascimento (e inclusive antes) já nos metessem em caixas com rótulos e não fôssemos mais do que o produto dessa cultura, pessoas-sementes cultivadas para dar os frutos esperados, nunca outros. Tudo muito organizado. Quem ousa dismantelar essa arrumação contraditória e potencialmente violenta?

De fato, grande parte das educadoras de crianças escolhe o destino esperado, sente-se bem em vestir-se e comportar-se segundo parâmetros considerados femininos, tem marido, filhas, filhos e está satisfeita assim. Pois que essas sigam fazendo da maneira que preferirem, ou há algo que as impeça? As grandes questões são: Por que professoras da educação infantil que desejam seguir caminhos inusitados e/ou amar outras mulheres e/ou vestir-se de forma pouco ou nada “feminina” deveriam enfrentar obstáculos? Por que deveriam experienciar, em seus cotidianos, desde a curiosidade escrachada de seus pares à invisibilização e perseguições dos mais diversos tipos?

Será que é preciso ser uma professora dissidente em matéria de sexualidade e/ou identidade de gênero para lutar contra essas injustiças?

Que não haja dúvidas de que conviver com a própria sexualidade considerada “desviante” em um espaço imerso no tradicionalismo abissal, que preserva os pilares da moral e dos bons costumes configura-se num peso, às vezes, quase insuportável de carregar. Além disso, é preciso pôr em evidência que tal moral e tais costumes *tão excelentes* guardam parte da responsabilidade no aprofundamento de traumas, em decorrência da propaganda diária, implícita e explícita, de que só existe uma única possibilidade de viver a sexualidade e/ou o gênero.

Contra dogmas mal-ajambrados, que sacrilegamente desrespeitamos, oferecemos este relato de experiências de professoras que não apenas em relação à sexualidade/identidade de gênero profanam a norma, mas divergem também e fortemente das práticas arcaicas, retrógradas, vetustas, racistas, pois nossas artes de educar são artísticas, feitas de artimanhas e artesanatos diários, solitários ou coletivos, mesmo que inventadas; são artes que dão fôlego quando o ar falta, sopros que ajudam a preencher os pulmões nesses tempos em que a temperatura está sufocante; o ar, irrespirável e o país, sendo varrido por fortes ventos.

## Referências

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*, vol. 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HOOKS, bell. Eros, Erotismo e o processo pedagógico. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. LOURO, Guacira Lopes. (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 113-123.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47605>. Acesso em: 14 maio. 2020.

POCAHY, Fernando. O clamor da diferença letal: educar em estado de exceção. *Revista Nanduty*, [S.l.], v. 6, n. 8, p. 9-22, set. 2018. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/8814/4608>>. Acesso em: 15 de maio. 2020.